



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

ATA DE REUNIÃO PÚBLICA

Aos 10 de outubro de 2017, às 19h00, nas dependências da Igreja Matriz da Paróquia Sant'Ana, situada na Rua Delegado Bruno de Almeida, 2565 – Bairro Campo de Santana, nos seguintes Procedimentos Administrativos MPPR-0046.17.124934-8, MPPR-0046.16.050179-0, tiveram início os trabalhos da Reunião Pública, sob a presidência do Promotor de Justiça, Dr. Régis Rogério Vicente Sartori. Assinalou-se a presença da comunidade local, órgãos públicos e representantes, conforme lista em anexo. O Presidente declarou aberta a Reunião Pública agradecendo a presença da comunidade, dos representantes dos órgãos e demais presentes. Esclareceu que esta reunião pública é para a identificação de demandas sociais prioritárias atinentes a Regional do Tatuquara/Campo de Santana, bem como atendimento das demandas apresentadas pelas associações da comunidade do bairro Campo de Santana. O Presidente iniciou os trabalhos agradecendo ao Padre pela disponibilidade do local. Esclareceu que a intenção desta reunião é fazer a Promotoria de Justiça mais presente na comunidade. Informou ainda sobre os andamentos dos procedimentos instaurados na Promotoria de Justiça das Comunidades, após demandas apresentadas pela comunidade. Prestou alguns esclarecimentos sobre a definição de associações no Brasil e no mundo, e perspectiva dos movimentos de associações em Curitiba, e sua importância para o setor político, econômico, bem como para a cultura democrática. Destacando a importância da reunião em questão, na reivindicação de direitos para a sociedade, e a relevância da transparência. Ressaltou que a Promotoria de Justiça das Comunidades visa o fortalecimento das associações, e com isso a possibilidade de mediação e conciliação no meio jurídico, e esclareceu sobre a possibilidade de resolver diversas questões no âmbito do direito de família quando houver consenso. O Presidente esclareceu que não há distinção para atendimento das associações, que todos que solicitarem o auxílio da PJ Comunidades com o intuito de buscar atendimento em benefício da comunidade, receberão de forma adequada, sem qualquer distinção político-partidária. Informou aos



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

presentes a atuação na PJ Comunidades em benefício do povo. Destacou a presença do Administrador Regional Sr. Jadir, do Padre e dos vereadores. Informou aos presentes sobre o evento promovido pela PJComunidades em relação ao orçamento público, controle, fiscalização e participação, que ocorrerá no dia 30 e 31 de outubro na sede do Ministério Público do Estado do Paraná. Destacou a importância da participação. O Padre fez uso da palavra e destacou a importância da participação de todos, na reivindicação e defesa dos interesses de todos, esclareceu a falta de conhecimento de política e de cultura comunitária. Observou a importância de tratar as questões com seriedade, responsabilidade e comprometimento. O Presidente retomou a palavra e solicitou que os presentes se apresentassem. Assim o Sr. Ivo Pedroso relatou as dificuldades dos presidentes de associações para participação em todos os eventos, pois exercem outras atividades. Informou aos presentes que a região necessita de um CAPS para atender os moradores locais. O Vereador Mestre Pop informou que já fez outras solicitações para construção de um CAPS na região, e estão aguardando retorno. O Sr. Ivo disse que no bairro existe uma casa – antiga sede da Moradias Paraná, que seria o local ideal, mas no momento está sendo usado pela FAS. O Vereador Mestre Pop ficou de agendar reunião com a FAS para verificar a possibilidade de usar o imóvel. O Presidente informou a possibilidade de participação dos interessados na reunião que ocorrerá no dia 24 de outubro com a Secretaria Municipal de Saúde. O Sr. Ivo informou que quanto a Secretaria a situação está encaminhada, o que falta para concretizar a construção falta apenas o terreno, que no caso, o que é ocupado pela FAS seria o ideal. O Sr. Ivo ressaltou a dificuldade de regularização das associações, pois os valores para tais fins são muito altos, como no caso de um alvará para liberação de funcionamento custa aproximadamente quatrocentos reais. Após o Sr. Jadir fez uso da palavra e disse que a UPA 24 horas do Tatuquara já faz os atendimentos na área de saúde mental. Ainda informou que no dia 16 de novembro do corrente ano será inaugurado o CMAE – Centro de Atendimento Especializado. O Sr. Jacir ressaltou as dificuldades sobre o atendimento das necessidades da população e a regularização (documentos) dos imóveis. O Presidente determinou o agendamento de reunião com a COHAB sobre o tema (Moradias



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES


Jamaica, Bela Vista da Ordem), o qual será realizado com a comunidade para que possam ter informações adequadas e de interesse do povo. Será verificada a pauta e data para a reunião. O Presidente retomou a palavra e tratou dos procedimentos já em andamento na Promotoria de Justiça das Comunidades. **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº MPPR-0046.16.050179-0:** Previsão de inauguração do viaduto da Pompeia, bem como das trincheiras sobre a região do Umbará para a rodovia do Xisto. O Presidente informou que oficiou o Prefeito Rafael Greca solicitando cronograma de finalização da obra do viaduto Pompéia. Recebendo como resposta pelo IPPUC, a informação que o projeto executivo de engenharia viária para requalificação da Rua Francisco Xavier de Oliveira, no trecho entre a Rua Del. Bruno de Almeida e o início do pavimento executado pela concessionária Autopista Planalto Sul, bem como a alça de acesso à BR-116 para sentido sul, foi contratado mediante concorrência pública e encontra-se na fase de minuta do projeto executivo. A previsão para término da fase de aprovação do projeto executivo de engenharia viária em questão, incluindo os órgãos da prefeitura e a concessionária da rodovia, é abril de 2018. Ainda o Presidente informou que oficiou COHAB, IPPUC e o Prefeito Rafael Greca, colocando a disposição para auxiliar através de negociação ou mediação, caso haja interesse da Administração Municipal, na busca por uma solução que possa atender a demanda da população pela entrega das obras do Viaduto da Pompeia. O Sr. Isaak, questionou acerca do acesso dos estudantes na escola que ficam nas proximidades do Viaduto. O Vereador Mestre Pop informou que participou de reunião junto na Cohab na qual foi esclarecido pelos representantes da Cohab, que foram cadastradas mais de 46 famílias moradores nas proximidades no viaduto Pompéia, e a importância de realocar as pessoas para que consigam manter seus vínculos de amizade e manutenção de seu modo de vida. O Vereador se comprometeu a acompanhar a situação. O Administrador informou que é interesse do Município a entrega da obra. Após o Advogado da Femotiba – fez uso da palavra e esclareceu que algumas taxas não podem ser cobradas, e quanto ao alvará também será protocolado junto a Prefeitura requerendo a isenção. A Sra. Cirleide ressaltou a importância e seriedade do Ministério Público no atendimento às associações, na tentativa de solucionar as



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

demandas levadas. Destacou o uso das entidades pelo poder público em período eleitoral. Explanou acerca da importância da capacitação das associações. Quanto ao alvará de funcionamento, após 01 ano de funcionamento, e demonstrado o atendimento em interesse público ela passará ser isenta. O Sr. Ivo destacou que a legislação permite que a cada três mil moradores, pode existir uma associação. O Sr. Jacyr destacou que cabe a Federação auxiliar as associações para se regularizarem efetivamente. A Sra. Mônica fez uso da palavra e questionou acerca da regularização da Rua Antonio Donati, Uriel Nogueira dos Santos e Professor Manoel de Oliveira Franco Sobrinho – Condomínio Hortência II, pois os moradores encontram muitas dificuldades para atendimento no serviço público de saúde. Diante disso o Promotor de Justiça determinou a instauração de Procedimento Administrativo, com as seguintes diligências: Visita ao local e informações com fotografias via google da localização da referida rua. O Sr. Luiz Molina fez uso da palavra e explanou sobre a dificuldade de ônibus funerário para atender a população quando o sepultamento é na Região Metropolitana. Diante disso o Promotor de Justiça determinou a instauração de Procedimento Administrativo, com as seguintes diligências: Oficie-se a Urbs para que informou acerca da atual situação da demanda da comunidade. Após nova vistas. A Sra. Fernanda fez uso da palavra e questionou ao Promotor se servidor público pode ser presidente de uma associação, assim foi respondida inicialmente não há impedimento, desde que não obtenha lucros, e que não exerça suas atividades durante o seu expediente profissional. O Presidente encerrou os trabalhos ressaltando aos presentes a importância de organização e formação das lideranças a frente das associações. A presente audiência encerrou-se às 21h15. Eu, Aparecida Suely Barboza,  Assessora Jurídica lavrei a presente Ata, a qual segue assinada por mim e pelo Presidente, o Promotor de Justiça, Dr. Régis Rogério Vicente Sartori.

Régis Rogério Vicente Sartori
Promotor de Justiça